

ECOLITERATURA BRASILEIRA NO SÉCULO XIX? SERTÃO E VIOLÊNCIA CONTRA A NATUREZA NA POESIA E NA PROSA

Guilherme Purvin¹

Na história do Brasil, algumas questões são recorrentes: descontrole fundiário, degradação ecológica, desvalorização de segmentos sociais em razão de raça e de gênero. Pretendo aqui realçar algumas passagens que ilustram a violência perpetrada pelo europeu contra a natureza no processo de expansão do domínio europeu sobre o território brasileiro, tomando por base especialmente algumas obras de literatura brasileira.

A formação de latifúndios improdutivos decorreu em boa parte dos critérios de colonização, que trouxe para um país de dimensões continentais um modelo de direitos reais adequado apenas para

¹ Advogado e escritor, autor dos livros de contos “Laboratório de Manipulação” (São Paulo: Letras do Pensamento, 2017), “Sambas & Polonaises” (Florianópolis: Tribo da Ilha, 2019) e “Virando o Ipiranga” (no prelo). Doutor e Mestre em Direito pela USP. Graduado em Letras pela FFLCH-USP.

um país do tamanho de Portugal, com propriedades rurais não significativamente extensas.

A devastação de ecossistemas como o da Mata Atlântica, do Cerrado e do Pantanal Matogrossense está relacionada à estrutura fundiária do país, formada a partir do apossamento ou esbulho da terra, da escravização e extermínio das populações indígenas. A economia brasileira, tanto a colonial como a pós-colonial, sempre esteve voltada à exploração econômica imediata e predatória. Dos ciclos do pau-brasil (extrativismo vegetal), da cana-de-açúcar e do café (agricultura) e do ouro e diamantes (mineração), restou um rastro de destruição da fauna e da flora, de violência contra as populações indígenas e africanas e de subjugação da mulher².

Nesse contexto, a literatura brasileira nos oferece valiosos subsídios para a compreensão das diferentes visões acerca da relação homem / natureza no Século XIX, contribuindo para o esclarecimento do processo de desmatamento do território brasileiro.

O conceito de “sertão” não é unívoco. Para alguns autores, trata-se do espaço formado por dois ecossistemas distintos das florestas e localizados a oeste da Mata Atlântica, a saber, o cerrado e a caatinga³.

Outros chegam a identificá-lo com os pontos mais distantes da Floresta Amazônica. É o caso de Nádia Farage, que tomando emprestada a própria nomenclatura utilizada em documentos do Século XVII, chama de *sertões* a região do Rio Branco, onde hoje estão localizados o Estado de Roraima e a Guiana (Inglesa)⁴.

Genericamente, os sertões seriam toda área mais despovoada que se distancia da costa atlântica rumo ao interior do subcontinente

² FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin de. A Propriedade no Direito Ambiental, 4ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010. Pp. 141 e ss.

³ DEAN, Warren. A ferro e fogo. A história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Pág. 27.

⁴ FARAGE, Nádia. As Muralhas dos Sertões. Os povos indígenas no Rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991. Pág. 55.

brasileiro, ainda que com “mata opulenta”, como vemos nesta passagem de Euclides da Cunha:

“A terra atrai irresistivelmente o homem, arrebatando-o na própria correnteza dos rios que, do Iguaçu ao Tietê, traçando originalíssima rede hidrográfica, correm da costa para os sertões, como se nascessem nos mares e canalizassem as suas energias eternas para os recessos das matas opulentas. Rasgam facilmente aqueles estratos em traçados uniformes, sem talvegues deprimidos, e dão ao conjunto dos terrenos até além do Paraná a feição de largos plainos ondulados, desmedidos”⁵.

Esta parece ser a ideia presente na obra de Bernardo Guimarães. Em um de seus poemas, o autor, sem servir-se do termo “sertão”, toma esse espaço como tema central:

Ao ermo, ó musa: – além daqueles montes,
Que, em vaporoso manta rebuçados,
Avultam já na extrema do horizonte...
Eia, vamos; – lá onde a natureza
Bela e virgem se mostra aos olhos do homem,
Qual moça indiana, que as ingênuas graças
Em formosa nudez sem arte ostenta!...
Lá onde a solidão ante nós surge,
(...)
E se ouve a voz de Deus. – Ó musa, ao ermo!...⁶

É no *ermo*, na solidão “majestosa e solene como um templo”, além dos montes, na extrema do horizonte, que o poeta encontra a natureza intocada. E, por não ter sido conspurcada pela mão humana, ela é “bela e virgem”, “*qual moça indiana, que as ingênuas graças em formosa nudez sem arte ostenta*”.

⁵ CUNHA, Euclides da. Os Sertões. 7ª ed. Editora Paulo de Azevedo Ltda., 1968.

⁶ GUIMARÃES, Bernardo. “O Ermo”, in *Cantos da Solidão*. On line: https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/_documents/0006-01755-1.html#O_Ermo. Acesso em: 03.03.2021.

Ambientando o romance *O ermitão do Muquém* em idêntico cenário, Bernardo Guimarães traça a trajetória de Gonçalo rumo ao “sertão profundo”, desde a cidade de Goiás (antiga Vila Boa), passando por uma tribo Xavante, prosseguindo rumo ao isolamento, embrenhando-se “por sertões desconhecidos passando voluntariamente uma vida de ásperas mortificações e penitências”, vagueando “por um largo tempo através dos ermos com um bordão à mão e um saco às costas, vivendo de esmolas ou de frutos e legumes silvestres”⁷, até por fim presenciar, em total solidão, o milagre da Virgem Mãe de Deus, erguendo no local da aparição a capela que viria a se tornar a Igreja de Nossa Senhora da Abadia. No *ermo*, na solidão absoluta de uma floresta intocada, Gonçalo / Itagiba, depois de haver matado seu melhor amigo e sua amada, encontrará a redenção.

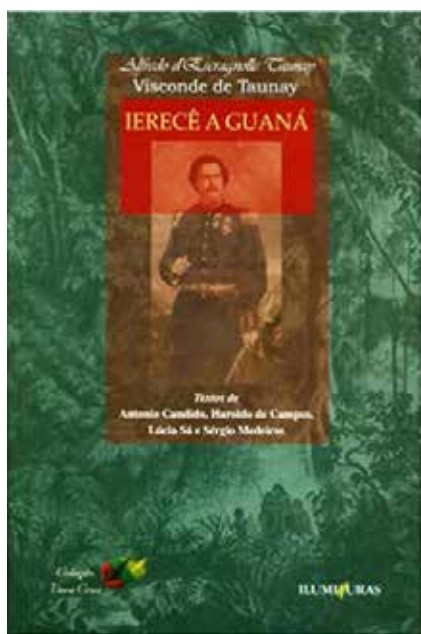
Na obra do Visconde de Taunay os sertões também são identificados como a região mais afastada da costa marítima. As primeiras páginas do romance “Inocência” são celebradas pela crítica em razão de sua riqueza, precisão descritiva e musicalidade. O cenário é quase o mesmo daquele celebrado por Bernardo Guimarães no poema “O Ermo” ou na última parte de *O ermitão do Muquém*, isto é, o chamado “sertão bruto”, as terras distantes e desabitadas. No caso, porém, esse sertão apresenta coordenadas geográficas precisas, isto é, o trecho cortado por uma estrada que vai de Vila de Sant’Ana do Paranaíba ao sítio abandonado de Camapuã e mais além, rumo à região de Miranda, Pequiri, Vacaria e Nioac, no baixo Paraguai, Mato Grosso. Essa região está presente ao longo da obra de Taunay, sendo descrita em *A Retirada de Laguna*, que narra episódio trágico da Guerra do Paraguai, no conto *Irecê a Guaná* e em suas *Memórias*.

Em *Irecê a Guaná*, a região, a época e os personagens são conhecidos seus: povoações distantes da corte, alcançadas por via flu-

⁷ GUIMARÃES, Bernardo. *O ermitão do Muquém*. São Paulo: DCL, 2013. Pág. 101.

vial ou por tortuosas trilhas por militares, nos tempos do conflito armado de nosso país, Argentina e Uruguai com o vizinho Paraguai.

Taunay não era dado a grandes voos de imaginação em sua produção ficcional. Seus contos e romances eram quase que inteiramente calcados em experiências pessoais. Diferentemente de um José de Alencar, Taunay só se encorajava a descrever os ambientes que realmente conhecia. As incursões militares de que participou na região próxima ao Paraguai deixaram marcas indeléveis em sua vida, como se verifica pela leitura das obras acima citadas.



Em *Irecê a Guaná*, a narrativa transcorre mais ou menos na época que tem início a guerra do Paraguai. A chegada de militares à região “indicava que o governo central, fiando-se nas boas relações que entre as duas nações parecia não deverem de tão cedo sofrer quebra, cuidava contudo de atender para as suas fronteiras cuja tranquilidade e segurança influíam diretamente no desenvolvimento agrícola de toda aquela zona” (*Irecê a Guaná*. Págs. 19-20). A informação é relevante, pois

registra que o momento é ainda o de *formação de um Brasil rural*. Nesse sentido, é um momento único para a literatura brasileira, que não está neste momento a descrever um suposto confronto entre o urbano e o rural (como no caso de “A cidade e as serras”, de Eça de Queirós).

A descrição que Taunay faz do protagonista Alberto Monteiro também é inédita na literatura brasileira. Não é ele, na verdade, um oficial militar no desempenho de alguma missão governamental.

É sim um *turista*, viajando “por mera distração”, é dizer, por desfas-tio. Veio do Rio de Janeiro, já passou por Montevidéu, depois por Buenos Aires e Assunção, para afinal chegar em Cuiabá. Aos seus propósitos meramente turísticos, Alberto Monteiro também soma suas veleidades de antropólogo.

A descrição das belezas naturais não descamba para a fantasia romântica, estando sempre acompanhada de boa dose de realismo. Se, em alguns pontos, a serra de Maracaju “*parece lavrada pela mão de caprichoso gênio empenhado em imitar com proporções colossais castelos, baluartes e outras construções que também com pedra levantam os fracos mortais*”, por outro lado não esconde do leitor que o ambiente é insalubre, a ponto de fazer com que Alberto contraia uma doença (maleita) que o impedirá de seguir o trajeto inicialmente planejado com Júlio de Freitas. Esta característica, aliás, também se acha descrita em *A Retirada da Laguna*. “Tal injunção, no ponto a que chegáramos, impunha como forçado corolário obrigar-nos a descer em direção ao rio Coxim e a contornar em seguida a serra de Maracaju, por sua base ocidental, anualmente invadida pelas águas do Paraguai. Assim, pois, estava a expedição condenada a atravessar extensíssima região empestada pelas febres palustres (...)”. (*A Retirada da Laguna*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003. 1ª reimpressão – 2013. Tradutor não identificado. Pp. 47-48)

O cenário do conto não é, evidentemente, o meio ambiente urbano, mas tampouco chega a ser o incipiente meio ambiente rural onde se desenrola o romance “Inocência”. A província de Mato Grosso guarda ainda em si o “sertão bruto”, selvagem, *la nature chez elle*, não obstante as marcas da civilização europeia estejam chegando rapidamente.

Por fim, o sertão de José de Alencar embora idealizado, também tem como principal característica a vastidão de espaços desabitados, como se depreende da leitura das primeiras linhas de seu romance *O sertanejo*. A adjetivação pomposa (“imensa campina”,

“destemido vaqueiro”, “touro indômito”) constitui o tom peculiar de Alencar para tratar, em tese, do mesmo espaço descrito na obra de Taunay e de Bernardo Guimarães. O que importa notar, porém, é que, também em Alencar impressionou muito a vastidão territorial e o isolamento humano no imaginário.

A mitologia acerca do fogo vem dos primórdios da humanidade. Foi graças ao uso do fogo na culinário (para cozinhar alimentos) e na defesa (para espantar animais selvagens) que se formou a civilização tal como a conhecemos hoje. A imagem de Hefesto ou Vulcano, forjando seus instrumentos de ferro sob a terra, com o auxílio do fogo, simboliza com expressividade a luta do homem contra a natureza. Foi a partir da Revolução Industrial, porém, que o domínio da natureza pelo fogo se impôs de forma implacável. (Confira-se o poema “Tyger”, de William Blake, como paradigma poético do impacto causado pela industrialização na mentalidade do homem na virada do Século XVIII para o XIX.

No Brasil, o quadro não foi diverso. Euclides da Cunha, em tópico expressivamente intitulado “Como se faz um deserto”, destaca a relevância dos fatores antrópicos na conformação geológica do sertão nordestino, não poupando nem mesmo o legado indígena altamente antiecológico da responsabilidade pela formação do ecossistema caatinga. Referido tópico integra a primeira parte do clássico “Os Sertões” (“A Terra”).

Passo, ao exame de algumas dentre inúmeras passagens nas obras dos autores analisados que retratam a violência contra a natureza, a começar pelas primeiras páginas de “Inocência”.

Depois de descrever a diversidade da vegetação dos *cerrados*, *capões* e *charnecas*, Taunay descreve a prática (ou fenômeno) do processo inicial de queimadas (“sôfregas labaredas que se enroscam umas nas outras”) até este se transformar em incontrollável incêndio (“de súbito se dividem, deslizam, lambem vastas superfícies, despedem ao céu rolos de negrejante fumo e voam”). Taunay, porém, não

se deixa levar pelo pessimismo e, logo à frente, reafirma o poder regenerador da natureza: bastam as chuvas para que a vegetação volte a vicejar no solo, num ciclo aparentemente infundável de calcinação e formação de húmus.

A destruição da biodiversidade pelo fogo sempre foi algo muito comum ao longo da história do Brasil. Ao longo dos primeiros capítulos do romance “O Sertanejo”, de José de Alencar, uma queimada que também degenera em incêndio (“um fortíssimo estrépito que rolava como o borbotão de uma torrente”, “um turbilhão de fogo a assomar ao longe”). Contudo, o evento não é mais do que um pretexto literário para que um dos personagens, o jovem Arnaldo, possa demonstrar sua coragem e, num gesto heróico, salvar a donzela D. Flor das chamas. José de Alencar não parece demonstrar qualquer preocupação social, econômica ou científica com o evento que, em sua pena, constitui apenas uma excelente cenografia para seu romance.

É interessante notar que Bernardo Guimarães, além de explorar o tema das queimadas em algumas de suas obras, também não se esquece do poder do ferro nas mãos do homem, mostrando a morte de árvores seculares pelos golpes do machado no processo de exploração minerária do solo brasileiro:

“As vastas e profundas selvas, no seio das quais corre ruidoso e turbulento o ribeirão da Bagagem, tinham tombado aos golpes do machado, deixando descortinada uma larga zona em uma e outra margem. No meio dos destroços da floresta viam-se dispersas em desordem as frágeis e provisórias habitações dos garimpeiros, cobertas das compridas palmas do coqueiro baguaçu. Por aquele terreno branco e selvático, onde só se esperaria encontrar o tosco sertanejo, ou o africano seminu, girava uma população polida e bem trajada, composta de pessoas de todas as procedências, que de remotas paragens acudiam a explorar o novo descoberto, cuja fama se espalhava muito ao longe, e ali reinava movimentação e animação como em uma grande praça comercial.

Enquanto a alavanca e o almocafre retiniam pelas grupiarias extraindo o cascalho precioso, os golpes do machado reboavam pelas florestas e de espaço a espaço um baque, estrugindo ao longo das costas, anunciava a queda de mais um tronco robusto e secular. O ronco das catadupas servia como de acompanhamento às cantigas e algazarras dos garimpeiros, que ao longo da beira do rio lavavam alegremente o esperançoso cascalho”⁸.

É, contudo, na terceira parte do poema *O Ermo* que encontramos a mais expressiva referência à violência do homem sobre a natureza, denunciando “o ferro que dá morte às selvas”, brandido pelo escravo, derrubando árvores centenárias. E, após a derrubada das árvores, cujos troncos agora jazem “como ossadas de gigantes”, vem então a queimada, com as suas “ígneas asas e negros turbilhões de fumo ardente das abrasadas fauces vomitando em hórrido negrume”.

A despeito da pujante denúncia de destruição da natureza, ao final do poema Bernardo Guimarães curva-se ao pragmatismo desenvolvimentista. Nas palavras de José Augusto Pádua, “na parte final do poema, surpreendentemente, o forte protesto acaba desembocando em uma adesão conformista e esperançosa ao caminho inexorável do progresso. Nem sequer se busca uma feição menos agressiva do mesmo. É ele aceito em seu sentido mais convencional (...)”.

O poeta que talvez tenha chegado mais perto do que podemos hoje chamar de pensamento ambientalista, Manuel de Araujo Porto-Alegre, diferentemente dos demais autores aqui estudados, chega em muitas passagens de referido poema a desenvolver algumas ideias que surpreendem pela visão ecossistêmica⁹. Mesmo ele, porém, não se entrega a uma defesa incondicional da floresta e, em dado momento, relativiza sua irresignação em prol da racionalidade

⁸ GUIMARÃES, Bernardo. O Garimpeiro. On line: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000058.pdf>

⁹ Manuel de Araujo Porto-Alegre. A destruição das florestas. Brazilianas. Vienna: Imperial e Real Typographia, 1863. Págs. 45/84.

fisiocrata. A preocupação de Porto-Alegre, em última análise, é com o desperdício de bens naturais, que poderiam constituir recursos valiosos para o crescimento econômico do país.

Não se encontra nas obras examinadas de Bernardo Guimarães, José de Alencar e Visconde de Taunay elementos que comprovem a formação de uma consciência ecológica na literatura brasileira do Século XIX. Este fato, porém, não deve causar qualquer surpresa.

Em primeiro lugar, é preciso situar com maior precisão as origens do pensamento ambientalista, tal como o conhecemos hoje. Se é verdade que, no início do Século XVII, sob o domínio da União Ibérica, foi editada aquela que é tida como a primeira “lei ambiental” – o famoso “Regimento do pau-brasil” –, por outro lado não podemos desconsiderar o fato de que sua inspiração era unicamente de evitar a superexploração e conseqüente declínio de tão lucrativo comércio.

Mesmo os esforços empreendidos por José Bonifácio e seus seguidores em prol da adoção de uma metodologia menos impactante sob a perspectiva ecológica, não podem ser entendidos propriamente como de inspiração ambiental, sendo antes desdobramento do pensamento fisiocrático.

O próprio termo “ecologia” viria a ser cunhado somente em 1869. É bem verdade que o pensador Thoreau exerceria forte influência no “protoambientalismo” norte-americano do Século XIX, mas não dispomos de dados que nos permitam sustentar que seus escritos teriam sido amplamente divulgados no Brasil. Ademais, o movimento ambientalista, rigorosamente, só surgiria na década de 1960, fortemente influenciado pelo lançamento da obra “Silent Spring”, de Rachel Carson e pelas manifestações pacifistas contrárias à Guerra do Vietnã.

O Brasil do Século XIX, diferentemente do que ocorria na Europa de então, ainda não enfrentava a oposição entre o urbano e o rural. O cenário descrito pela literatura brasileira da época difere

daquele descrito por Raymond Williams¹⁰, pois nosso estágio civilizatório é outro: enquanto Baudelaire inspira-se na imagem fugaz de uma mulher passando em meio à multidão, José de Alencar idealiza Iracema, a virgem dos lábios de mel, Visconde de Taunay reconstitui a imagem de Antonia, amor que teve na juventude, na figura de Irecê e Bernardo Guimarães constrói a dedicada figura de Guaraciaba.

Em outras palavras, parece-nos que a literatura brasileira da época ainda está retratando o advento do meio ambiente rural, em oposição ao meio ambiente natural: o “sertão bruto” não é ainda cultivado, pois estamos numa fase ainda pré-industrial. O choque cultural que se apresenta, assim, é o da domesticação da natureza – algo que já estava superado de há muito na Europa.

Não se encontra na Literatura Brasileira do Século XIX uma consciência ecológica. Este fato, porém, não deve causar qualquer surpresa. O famoso “Regimento do pau-brasil”, do início do Séc. XVII objetivava apenas evitar a superexploração e o declínio de tão lucrativo comércio. Os esforços empreendidos por José Bonifácio em prol de uma metodologia ecologicamente menos impactante eram aplicações da teoria fisiocrata. O próprio termo “ecologia” viria a ser cunhado somente em 1869 e, se é verdade que Thoreau exerceu forte influência no “protoambientalismo”, não dispomos de dados que permitam sustentar repercussão de suas ideias no Brasil. O movimento ecologista é fenômeno nascido somente década de 1960.

¹⁰ WILLIAMS, Raymond. O campo e a cidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.